

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA
EDIÇÕES

editora
UEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Roberto Cidade
Governador Interino

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho
Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito
Ambiental**

EQUIDADE:

Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque, UEA
Coordenação do curso de Direito

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Profª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -UEA
Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA
Editores Chefe

Profª. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. MSc. Helder Brandão Góes, UEA
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP
Profª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Profª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA

Conselho Editorial

Profª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profª Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima, UEA
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

Avaliadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Primeira revisão e revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

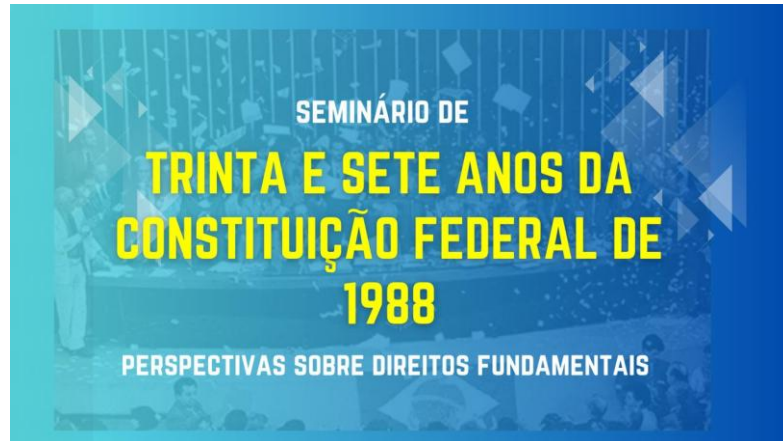


**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Organizadores

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Profa. Esp. Ana Vilma Santana Munhoz
Profa. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Adv. Katrine Castro Sarmiento
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Comissão científica do evento

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima	Ana Clara Sarmento Cabral
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar	Andria da Costa Pereira
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte	Elias Nunes Pereira
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira	Elis Helena Castro Medeiros
Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Emilly Victória Batista do Santos
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Profa. Esp. BiankaCaelli Barreto Rodrigues	João Victor Osvaldo Souza
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	Letícia de Lira Gomes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Marcelo Damasceno Rodrigues
Katrine Castro Sarmento	Nilvana Linhares Fernandes
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Nycolas Matos Carvalho
	Pedro Luís da Silva Teles
	Rafael Mousinho do Amaral
	Rebeca de Lima Nogueira
	Karine Galvão Lima

Comissão Organizadora

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Comissão de Formatadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Júnior
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Avaliadores

Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Elis Helena Castro Medeiros
Prof. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues	Emilly Victória Batista do Santos
Prof. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	João Victor Osvaldo Souza
Adv. Katrine Castro Sarmento	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Marcelo Damasceno Rodrigues
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Nilvana Linhares Fernandes
Ana Clara Sarmento Cabral	Nycolas Matos Carvalho
Andria da Costa Pereira	Pedro Luís da Silva Teles
	Rafael Mousinho do Amaral
	Rebeca de Lima Nogueira
	Karine Galvão Lima

Comissão de revisores - Primeira revisão

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Esp. Roberta Priscila de Araújo Lima
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. Esp. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Comissão de revisores - Revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira
responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

LIMA, Neuton Alves de Lima; AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; ARAÚJO, Gláucia Maria Ribeiro de; NORTE, Naira Neila Batista de Oliveira Norte. Anais do Seminário 37 anos da Constituição Federal de 1988: perspectivas sobre Direitos Fundamentais. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

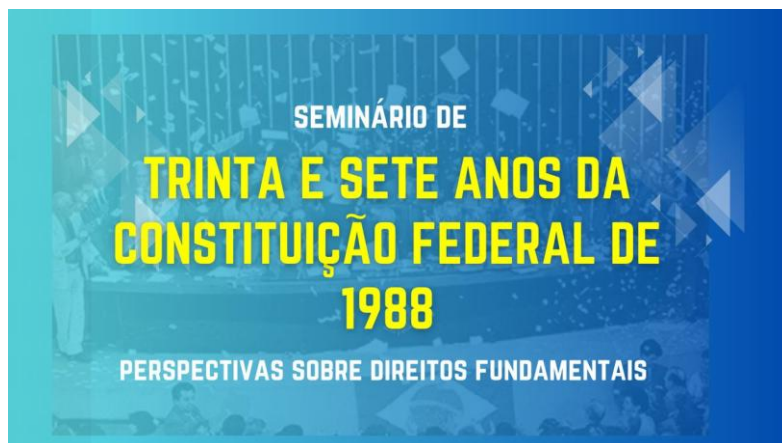
Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



APRESENTAÇÃO

A presente publicação é um volume da Equidade: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, vinculada ao Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, e reúne os Anais do Seminário 37 Anos da Constituição Federal de 1988: Perspectivas sobre Direitos Fundamentais, realizado em Manaus no ano de 2025.

O evento teve como objetivo promover a análise crítica e interdisciplinar dos Direitos Fundamentais consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considerando os avanços normativos, os desafios estruturais e as tensões sociais que permeiam sua efetivação no contexto brasileiro contemporâneo. A Constituição de 1988, marco jurídico da redemocratização nacional, permanece como referência normativa central na consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil, sendo objeto de contínua interpretação, aplicação e contestação.

Os trabalhos apresentados e compilados neste volume abordam temáticas constitucionais, com ênfase nas especificidades da região amazônica. A abordagem adotada privilegia o rigor metodológico, o pluralismo teórico e a relevância social das discussões, reafirmando o papel da universidade pública como espaço de produção de conhecimento comprometido com a transformação democrática.

A publicação dos Anais visa contribuir para o aprofundamento das pesquisas jurídicas e para o fortalecimento do debate acadêmico sobre os direitos fundamentais, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e para a atuação crítica dos operadores do direito, em especial quando se trata da Amazônia, pensada por amazônidas e/ou erradicados nela. Espera-se que este volume constitua referência para futuros estudos e iniciativas voltadas à promoção da justiça, da equidade e da sustentabilidade.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

A Constituição Federal de 1988 instituiu um novo paradigma jurídico no Brasil, assentado na centralidade dos direitos fundamentais e na afirmação do Estado Democrático e social de Direito. Esse marco normativo não apenas reorganizou as estruturas institucionais, como também redefiniu os contornos da cidadania, ampliando o espectro de proteção jurídica aos indivíduos e coletividades. A positivação de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais consolidou um modelo constitucional abrangente, cuja efetividade permanece como desafio constante diante das desigualdades estruturais do país.

A análise dos direitos fundamentais sob a ótica da Constituição de 1988 exige a consideração de múltiplas dimensões: normativas, políticas, históricas e sociais. A interpretação constitucional, nesse contexto, não se limita à literalidade dos dispositivos, mas demanda uma hermenêutica comprometida com a promoção da dignidade humana, da justiça social e da inclusão. A atuação dos tribunais superiores, especialmente do Supremo Tribunal Federal, tem desempenhado papel relevante na concretização desses direitos, embora também suscite debates sobre ativismo judicial e limites da jurisdição constitucional.

No campo dos direitos sociais, observa-se que a Constituição de 1988 estabeleceu garantias importantes, como o direito à saúde, à educação, ao trabalho e à previdência social. Contudo, a realização plena desses direitos depende de políticas públicas eficazes, financiamento adequado e gestão democrática. A tensão entre o texto constitucional e a realidade empírica revela a necessidade de fortalecimento institucional e de participação cidadã como mecanismos de controle e exigibilidade dos direitos previstos.

A perspectiva regional, especialmente no contexto amazônico, impõe a consideração de especificidades culturais, ambientais e socioeconômicas que influenciam diretamente a aplicação dos direitos fundamentais. A proteção dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e do meio ambiente assume relevância estratégica, não apenas pela riqueza biológica da região, mas também pela complexidade das relações entre desenvolvimento, sustentabilidade e justiça social. A Constituição de 1988 oferece instrumentos normativos para essa proteção, cuja efetividade requer compromisso político e jurídico contínuo.

Por fim, a celebração dos 37 anos da Constituição Federal de 1988 constitui oportunidade para reavaliar os avanços obtidos e os obstáculos persistentes na consolidação

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

dos direitos fundamentais. A produção acadêmica, como a que se apresenta neste volume, contribui para o aprofundamento crítico das questões constitucionais e para o fortalecimento da cultura jurídica democrática. A reflexão sobre os direitos fundamentais, nesse sentido, não se encerra no plano teórico, mas se projeta como prática transformadora voltada à construção de uma sociedade mais equitativa e plural.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

**ABUSO INFANTIL NA ILHA DO MARAJÓ: UMA ANÁLISE DA DIALÉTICA
ENTRE O CRIME ORGANIZADO E A OMISSÃO INSTITUCIONAL**

*CHILD ABUSE ON MARAJÓ ISLAND: AN ANALYSIS OF THE DIALECTIC
BETWEEN ORGANIZED CRIME AND INSTITUTIONAL OMISSION*

**Júlia Leite Guedes de Lira¹
Fernanda Yasmin Melo Moraes²
Denison Melo de Aguiar³
Alcian Pereira de Souza⁴
Neuton Alves de Lima⁵
Bianor Saraiva Nogueira Júnior⁶
Gláucia Maria de Araújo Ribeiro⁷
Flávio Humberto Pascarelli Lopes⁸**

¹Universidade do Estado do Amazonas, Graduanda – juliaguedes.dir@gmail.com: <http://lattes.cnpq.br/5643371822017885>.

²Universidade do Estado do Amazonas, Graduanda – fyymm.dir22@uea.edu.br: <http://lattes.cnpq.br/7730647048936446>.

³Denison Melo de Aguiar. Pós-doutor em Direito pela UniSalento (Itália-2025). Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MArbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Contato: denisonaguiarx@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>

⁴Professor da Escola de Direito da UEA e do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito Ambiental. Pós-Doutor em Neurociências pela UFMG. Doutor em Ciências pela USP. Mestre em Direito Ambiental pela UEA. Contato: alcian@uea.edu.br

⁵Professor da Escola de Direito da UEA e dos Programa de Mestrado em Direito Ambiental e em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela UEA. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais - CEC/UEA. Contato: nalima@uea.edu.br.

⁶ Professor da Escola de Direito da UEA e Programa de Mestrado em Direito Ambiental. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Direito Ambiental pelo PPGDA da UFAM. Contato: bjunior@uea.edu.br.

⁷Professora da Escola de Direito da UEA. Doutora em Saúde Coletiva pela UERJ. Mestre em Direito Ambiental pela UEA. Contato: gribeiro@uea.edu.br.

⁸ Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Contato: fpascarellilopes@icloud.com

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

1. INTRODUÇÃO

A dignidade sexual da criança é um desdobramento do princípio da dignidade da pessoa humana, consagrado pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelas Lei 13.344/2016 e 12.015/2009.

Em contrapartida a tantos respaldos legais, o arquipélago Marajó registrou só em 2023, 40 casos de violência sexual contra menores nos primeiros 48 dias do ano, e no total foram 452 agressões contra menores na região, o que corresponde a mais de uma ocorrência por dia, segundo o site de notícias SBTNEWS.

Ante tal cenário extrai-se a clara violação constitucional aos direitos das crianças e adolescentes pela atuação conjunta da atividade do crime organizado e da inércia do poder público. Nas palavras da procuradora Margaret Matos de Carvalho do MPT-PA:

Junto com exploração sexual está o crime organizado, andam juntos. O lucro é muito grande, especialmente para quem está na rede de exploração. E pessoas importantes da política da cidade também frequentam locais de exploração. Cada vez mais o crime organizado dificulta o resgate e a obtenção de provas, boates acabam virando sítios particulares, porque aí a fiscalização não pode entrar. Em alguns casos, as meninas são entregues mediante pedidos por telefone, há hotéis, boates, frotas de táxi, agências de modelo envolvidos, inclusive para propiciar aberrações como os leilões de virgens.

Sendo assim, nota-se a urgência de trazer luz ao tema que propositalmente é pouco falado, ante o interesse em camuflar a cooperação político-institucional entre os abusadores de diversos tipos, tanto aqueles que covardemente aliciam menores dentro de seu âmbito familiar, quanto os que nefastamente buscam serviços fornecidos por criminosos às custas da infância digna dos indefesos.

2. JUSTIFICATIVA

A importância do presente estudo resta demonstrada ao analisar o cenário de barbárie quanto a garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes que a Ilha de Marajó comporta, ante os alarmantes dados de violência sexual contra essa população isolada por barreiras geográficas e políticas.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Nesse sentido, revela-se a necessidade de aprofundamento teórico e dogmático sobre o papel do Estado na proteção da criança e do adolescente. No âmbito científico, o trabalho em tela busca ampliar a produção acadêmica acerca do abuso sexual e exploração infantil, especialmente no contexto amazônico, além de dar visibilidade à negligência estatal e as práticas que favorecem a continuidade desses abusos.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Desvelar como o abuso infantil na Ilha do Marajó é mantido por mecanismos do crime organizado e pela omissão estatal, analisando suas conexões com vulnerabilidades regionais e cooperação política entre os abusadores, a partir de um olhar constitucional interregional que articula fatores socioeconômicos e políticos.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

3.2.1 Analisar a omissão estatal como fator de perpetuação do abuso infantil.

3.2.2 Identificar falhas na aplicação da legislação que favorecem a impunidade dos abusadores.

3.2.3 Avaliar a ausência de políticas eficazes de prevenção e combate à exploração sexual de menores.

4. PROBLEMA E HIPÓTESE

A pesquisa em questão visa investigar de que maneira a omissão estatal, em conjunto com a atuação do crime organizado, contribui para a continuidade da exploração sexual infantil na Ilha de Marajó, mesmo diante do amplo e consolidado arcabouço constitucional e legal.

A hipótese que se propõe é que a omissão estatal não é acidental, uma vez que, ao analisar os casos concretos, evidencia-se um mecanismo estruturado de conveniência, que se sustenta por meio da cooperação política e pela vulnerabilidade socioeconômica daquela população, garantindo a impunidade dos abusadores e a inobservância das normas de proteção da criança e do adolescente.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

5. METODOLOGIA

A investigação adotou abordagem qualitativa, de natureza teórico-reflexiva, com base em revisão bibliográfica e documental. Foram analisados relatórios do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, bem como estudos de bibliografias, em especial as de Ingo Wolfgang Sarlet, Mariana Faria Fillardis, Damásio Evangelista de Jesus. O marco jurídico inclui a Lei nº 13.344/2016 e 12.015/2009, além do ECA, e a própria Constituição Federal de 1988.

6. RESULTADOS

A presente discussão expõe como a omissão estatal calculada opera como fator impulsionador da perpetuação dos casos de violação ao princípio da dignidade da pessoa humana na Ilha do Marajó, em especial pela análise do caso emblemático e peçonhento do ex-Deputado Luiz Afonso Sefer, condenado em primeira instância pelo crime de estupro de vulnerável. O condenado aliciou uma menina de 9 anos para trabalhar na sua casa, prometendo à avó da vítima que garantiria ótimas condições de vida, ante sua condição financeira, mas manteve a criança em sua casa até os 13 anos abusando e ameaçando-a durante todo esse período. Mesmo após a condenação, a ação agora completa 15 anos de tramitação, pois a sentença foi revogada pelo colegiado do TJ paraense por três vezes.

Ora, torna-se evidente como a aplicação da legislação internacional e brasileira é carente no plano concreto, posto que mesmo quando, na minoria dos casos, os abusadores chegam a ser condenados, o aparato institucional encontra meios de protegê-los, negligenciando continuamente as crianças vítimas de tais atrocidades.

É inegável como o poder público e a sociedade civil permanecem omissos quanto a prevenção de abusos e explorações sexuais de menores, já que, a Lei penal, a Constituição Federal e o ECA são expressivos em consolidar a proteção às vítimas e já se encontram em pleno funcionamento a tempo suficientemente hábil para construção de meios preventivos e de combate.

Tal inércia não é acidental e opera como verdadeiro pilar de sustentação de uma violência que ceifa a dignidade humana em prol da lascívia de criminosos, devendo ser questionada a fim de firmar o compromisso constitucional no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na Ilha do Marajó não é novo e atravessa o tempo pela manutenção de estruturas omissivas por parte do Estado, que por sua vez, exime-se do dever de visar o melhor interesse de tal população fragilizada, bem como, pela atuação de organizações criminosas que lucram com a mercantilização da vida. Combatê-lo exige a desmantelagem dessa falha institucionalmente calculada e a devida punição dos responsáveis pela violação dos direitos fundamentais daqueles que não possuem meios para se defender.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. **A exploração sexual de crianças e adolescentes e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança frente à violência e à exploração sexual.**

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventude e sexualidade.** Brasília: Unesco, Edições, 2004, p.30. Na visão marxista v.

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual.** 3.ed. São Paulo: Global, 1968. In: FILARD, Mariana Faria. O princípio da dignidade da pessoa humana e os delitos sexuais: o estupro de vulnerável e a (in) validade do consentimento da vítima. - [Dissertação]. Santa Catarina, Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), 2011.

CUNHA; E SILVA; E GIOVANETTI. **Enfrentamento á violência sexual infanto-juvenil.** 2008. p. 245.

NUNES, Janayna de Castro; FILARD, Mariana Faria. Exploração sexual de crianças e adolescentes na ilha de Marajó-PA. **REVISTA DELOS**, v. 17, n. 61, p. e2949-e2949, 2024.

FILARD, Mariana Faria. **O princípio da dignidade da pessoa humana e os delitos sexuais: o estupro de vulnerável e a (in) validade do consentimento da vítima.** - [Dissertação]. Santa Catarina, Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), 2011.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Tráfico Internacional de Mulheres e Crianças.**p.15.

MPT. **MPT debate exploração sexual e tráfico de crianças no Brasil.** Ministério Público do Trabalho, 2025. Disponível em: <https://www.prt2.mpt.mp.br/365-mpt-debate-exploracao-sexual-e-trafico-de-criancas-no-brasil>. Acesso em: 11 set. 2025.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 4. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004. In: FILARDI, Mariana Faria. O princípio da dignidade da pessoa humana e os delitos sexuais: o estupro de vulnerável e a (in) validade do consentimento da vítima. - [Dissertação]. Santa Catarina, Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), 2011.

SELLIN, Ana Carolina Futuroso; SANTOS, Jhonata Kervore dos; BARROS, Julia de Souza. **Tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual**. 2024.

PALAVRAS-CHAVE: abuso infantil; inconstitucionalidade; ilha do Marajó; dignidade da pessoa humana; omissão; crime organizado.

KEY WORDS: *child abuse; unconstitutionality; Marajó Island; human dignity; omission; organized crime.*